



FUNDOS COMUNITÁRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Associação Nacional de Municípios Portugueses
Federación Española de Municipios y Provincias

FONDOS COMUNITARIOS Y RELACIONES INTERNACIONALES

Documento preparatório
do Grupo de Trabalho 3 (GT3) sobre Fundos Comunitários
e Relações Internacionais

Documento preparatorio
del Grupo de trabajo 3 (GT3) sobre Fondos Comunitarios
y Relaciones Internacionales

Índice
página

1. Introdução	3	1. Introducción
2. Principais preocupações	6	2. Principales preocupaciones
Participação dos Governos Locais nos Fundos Europeus	8	Participación de los Gobiernos Locales en los Fondos Europeos
Maior investimento nas regiões de fronteira	14	Mayor inversión en las regiones fronterizas
Desenvolvimento das infraestruturas e grandes redes de comunicação	15	Desarrollo de las infraestructuras y grandes redes de comunicación
Política de coesão forte e desenvolvimento equilibrado dos territórios	17	Política de cohesión fuerte y desarrollo equilibrado de los territorios
3. A posição prévia dos governos locais perante o novo quadro político e financeiro da UE 2021-2028	18	3. La posición previa de los gobiernos locales ante el nuevo marco político y financiero UE 2021-2028
Anexo I Breve descrição dos 5 FEEI	23	Anexo I Breve descripción de los 5 FEIE

FUNDOS COMUNITÁRIOS **E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

1.- Introdução.

Mais de metade do orçamento da União Europeia (UE) é canalizado através dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) -- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER); Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC) e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEMP)¹ – que, através do cofinanciamento de políticas públicas dos Estados-Membros, têm por objetivo promover um maior grau de coesão económica e social no espaço comunitário.

A partir de 2014, os Estados-Membros foram obrigados a estabelecer um Acordo de Parceira com a UE, que definiu a forma de coordenação de todos os FEEI, tendo por fim a maximização da eficiência dos recursos disponíveis para cada Estado-Membro. Em coerência, o Sétimo Relatório sobre Coesão Económica e Territorial da Comissão Europeia (setembro de 2017) veio concluir que todo o financiamento da UE para o período pós-2020 deve centrar-se nos domínios com maior valor acrescentado, identificando como áreas prioritárias da política de coesão: a inclusão social, o emprego, a educação, a investigação e e inovação, as alterações climáticas e a transição energética e ambiental.

¹ Anexo 1: breve descrição institucional (UE) dos objetivos de cada um dos fundos.

FONDOS COMUNITARIOS **Y RELACIONES INTERNACIONALES**

1. Introducción.

Más de la mitad del presupuesto de la Unión Europea (UE) está canalizado a través de 5 Fondos Europeos Estructurales y de Inversión (FEEI) - Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER); Fondo Europeo Agrícola de Desarrollo Rural (FEADER); El Fondo Social Europeo (FSE), el Fondo de Cohesión (FC) y el Fondo Europeo de Asuntos Marítimos y de Pesca (FEMP)¹ -que, a través de la cofinanciación de las políticas públicas de los Estados Miembros, tienen por objetivo promover un mayor grado de cohesión económica y social en el espacio comunitario.

A partir de 2014, los Estados Miembros se vieron obligados a establecer un Acuerdo de Asociación con la UE, que definió la forma de coordinación de todos los FEIE, con el fin de maximizar la eficiencia de los recursos disponibles para cada Estado Miembro. En coherencia, el Séptimo Informe sobre Cohesión Económica y Territorial de la Comisión Europea (septiembre de 2017) concluyó que toda la financiación de la UE para el período posterior a 2020 debería centrarse en los ámbitos con mayor valor añadido, identificando como ámbitos prioritarios de la política de cohesión: la inclusión social, el empleo, la educación, la investigación e innovación, el climático y la transición energética y medioambiental.

¹ Anexo 1: breve descripción institucional (UE) de los objetivos de cada uno de los fondos.

O mesmo relatório assinalou ainda a necessidade de rever o sistema de atribuição de fundos, aditando critérios ligados aos desafios que se colocam atualmente à UE -- desde a demografia e desemprego, à inclusão social e migrações, passando pela inovação e alterações climáticas.

O quadro estratégico em curso introduziu novos mecanismos de implementação tendo em vista uma maior flexibilidade na disponibilização dos FEIE e na sua adaptação às necessidades territoriais. Aliás, foi este o propósito subjacente à criação dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e dos Desenvolvimentos Locais de Base Comunitária (DLBC); pese embora a sua subutilização pelos Estados-Membros.

Ainda assim, quando utilizados, foi notório o sucesso destes instrumentos na capacidade de adequação dos recursos disponíveis às necessidades territoriais, conseguindo-se uma melhor execução estratégica e uma maior especialização dos recursos endógenos (economia circular e estratégias de especialização inteligente).

El mismo informe señaló la necesidad de revisar el sistema de asignación de fondos, añadiendo criterios vinculados a los desafíos que se plantean actualmente a la UE, desde la demografía y el desempleo, a la inclusión social y las migraciones, pasando por la innovación y el cambio climático

El marco estratégico en curso introdujo nuevos mecanismos de aplicación sobre el objetivo de una mayor flexibilidad en la disponibilidad de los FEIE, y en su adaptación a las necesidades territoriales. Complementariamente, este es el propósito que subyace en la creación de las Inversiones Territoriales Integradas (ITI) y de las Comunidades Locales de Desarrollo Local (CLLD*); a pesar de su infrutilización por los Estados miembros

Por ello, cuando se utilizaron, fue notorio el éxito de estos instrumentos en la capacidad de adecuación de los recursos disponibles a las necesidades territoriales, lográndose una mejor ejecución estratégica y una mayor especialización de los recursos endógenos (economía circular y estrategias de especialización inteligente).

**CLLD Community-led local development (LEADER-CLLD)*

A coparticipação de agentes políticos, sociais e empresariais tem proporcionado um maior conhecimento da realidade territorial e das respetivas necessidades e recursos, constatando-se que, em todo o espaço da UE, os governos locais, não só não contribuíram para o défice público, como atingiram um saldo positivo superior a 1% do PIB desde 2016.

No que se refere ao futuro da Europa, o espaço europeu tem sido palco de muitos debates. Em matéria de política de coesão, discute-se a tendência do seu peso orçamental, a sua abrangência territorial e o seu modelo de implementação.

Sem prejuízo e apesar do posicionamento muitas vezes assumido pelo Parlamento, Comité das Regiões e Comissão Europeia², em defesa da manutenção (e até reforço) da política de coesão, mantém-se a controvérsia entre Estados Membros beneficiários e contribuintes desta política e permanece incógnito o caminho a seguir.

² Livro Branco sobre o futuro da Europa (março de 2017); relatório elaborado por iniciativa da Comissão para a Política Regional sobre as regiões europeias com menores rendimentos e crescimento (abril de 2017); parecer do Comité das Regiões sobre "O futuro da política de coesão após 2020: Por uma política de coesão europeia forte e eficaz após 2020" (maio de 2017); proposta do Parlamento Europeu sobre os elementos de uma política de coesão da UE pós 2020 (junho de 2017); VII Relatório da Comissão sobre a Coesão da UE (outubro de 2017).

La coparticipación de agentes políticos, sociales y empresariales ha proporcionado un mayor conocimiento de la realidad territorial y de las particulares necesidades y recursos, y se constató que, en todo el espacio de la UE, los gobiernos locales no sólo no contribuyeron al déficit público, sino que aportaron un saldo positivo superior al 1% del PIB desde 2016.

En lo que se refiere al futuro de Europa, el espacio europeo ha sido escenario de muchos debates. En materia de política de cohesión, se discute la dimensión de su peso presupuestario, su alcance territorial y el modelo de aplicación.

A pesar de que el Parlamento Europeo, el Comité de las Regiones y la Comisión Europea², se han mostrado en defensa del mantenimiento (y hasta el refuerzo) de la política de cohesión, se mantiene la discusión entre los Estados Miembros beneficiarios de un lado los contribuyentes de esta política y por otro, manteniendo así las dudas actuales sobre qué camino seguir.

² Libro Blanco sobre el futuro de Europa (marzo de 2017); informe elaborado por iniciativa de la Comisión de Política Regional sobre las regiones europeas con menores ingresos y crecimiento (abril de 2017); Dictamen del Comité de las Regiones sobre "El futuro de la política de cohesión después de 2020: una política de cohesión europea fuerte y eficaz después de 2020" (mayo de 2017); propuesta del Parlamento Europeo sobre los elementos de una política de cohesión de la UE después de 2020 (junio de 2017); VII Informe de la Comisión sobre la cohesión de la UE (octubre de 2017).

2.- Principais preocupações.

As propostas apresentadas pela Comissão (quer orçamentais, quer regulamentares) não são favoráveis aos países do sul da Europa -- Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Malta, Chipre e França --, mais dependentes dos FEEL, identificando-se os seguintes riscos:

- Redução das verbas alocadas à política de coesão, em especial ao Fundo de Coesão (que sofre cortes de cerca de 45%);
- Manutenção do enfoque do investimento em áreas de atuação predominantemente imateriais, em detrimento “cego” do apoio às infraestruturas;
- Revisão dos indicadores de classificação das regiões -- a proposta de regulamento geral dos FEEL prevê que as regiões em transição passem a ser as que têm o PIB entre 75% e 100% da média europeia (quando atualmente o patamar máximo estava nos 90%) --, o que pode desvirtuar o equilíbrio nacional e internacional das regiões, contrariando a importância absoluta que deve ser dada à coesão territorial;
- Redução das taxas de cofinanciamento máximas para 70% (atualmente 85%), prejudicando os beneficiários/ Estados-Membros mais pobres;

2.- Principales preocupaciones.

Las propuestas de la Comisión (ya sean fiscales o de regulación) no son favorables a los países del sur de Europa - Portugal, España, Italia, Grecia, Malta, Chipre y Francia – aquellas más dependientes de los FEIE, identificando los siguientes riesgos en el futuro:

- La Reducción de los fondos asignados a la política de cohesión, en particular al Fondo de Cohesión (que sufre recortes de alrededor del 45%);
- El Mantenimiento del enfoque de la inversión en áreas de actuación predominantemente inmateriales, sin argumentos para la caída financiera a las infraestructuras;
- La Revisión de los indicadores de clasificación de las regiones - la propuesta de Reglamento General de los FEIE prevé que las regiones en transición pasen a ser las que tienen el PIB entre el 75% y el 100% de la media europea (cuando el nivel máximo previo se situaba en el 90% - lo que puede desvirtuar el equilibrio nacional e internacional de las regiones, yendo en sentido contrario a la absoluta importancia que debe darse a la cohesión territorial);
- La Reducción de las tasas de cofinanciación máxima al 70% (actualmente del 85%), perjudicando a los países beneficiarios que son los Estados Miembros más pobres;

- Não inclusão do FEADER no regulamento das disposições comuns (que abrange os sete fundos de gestão partilhada), o que pode conduzir a lacunas e problemas de coordenação nos investimentos locais;
 - Ligação reforçada entre a política de coesão e o processo do Semestre Europeu, permitindo que os fundos sejam congelados se os Estados-Membros não cumprirem os seus compromissos no âmbito do quadro de governação macroeconómica da UE, sem que seja incorporada uma componente de negociação e avaliação subnacional;
 - Alargamento do FSE (novo FSE³), podendo comprometer os objetivos específicos dos fundos e programas atuais e converter-se num instrumento da política setorial europeia; o que poderá resultar na eventual desintegração da política de coesão no Quadro Financeiro Plurianual pós-2027, tal como ocorreu com o FEADER.
- La exclusión del FEADER en el Reglamento de las Disposiciones Comunes (que abarca los siete fondos de gestión compartida), cuestión que puede conducir a lagunas y problemas de coordinación en las inversiones locales;
 - El Enlace reforzado entre la política de cohesión y el proceso del Semestre Europeo, permitiendo que los fondos se congelen si los Estados Miembros no cumplen sus compromisos en el marco de la gobernanza macroeconómica de la UE, sin que se incorpore un componente de negociación y evaluación subnacional;
 - La Ampliación del FSE (nuevo FSE³), que puede comprometer los objetivos específicos de los fondos y programas actuales y convertirse en un instrumento de la política sectorial europea; lo que podría desencadenar una eventual desintegración de la política de cohesión en el Marco Financiero Plurianual posterior al 2027, tal como ocurrió con el FEADER.

³ Resultado da fusão entre o atual Fundo Social Europeu, a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD), o Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social (EaSI) e o Programa de Saúde da UE.

³ Resultado de la fusión entre el actual Fondo Social Europeo, la Iniciativa para el Empleo de los Jóvenes (IEJ), el Fondo de Ayuda Europeo para los Más Necesitados (FEAD), el Programa de la UE para el Empleo y la Innovación social (EaSI) Programa de Salud de la UE.

Entretanto, os inúmeros movimentos de lobby existentes ao nível europeu vão procurando influenciar a decisão, para que esta se aproxime o máximo possível dos seus interesses.

É precisamente nesta fase de discussão e construção das bases do próximo período de programação, em que, ademais o cenário se antecipa desfavorável para os países do sul, que urge assumir uma posição conjunta por parte dos governos locais e colocar os objetivos locais na agenda europeia.

2.1.- Participação dos Governos Locais nos Fundos Europeus.

O artigo 174.º do **Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia** (TFUE) estabelece que a fim de “reforçar a sua coesão económica, social e territorial” “a União procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas”, sendo “consagrada especial atenção às zonas rurais, às zonas afetadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes”.

O documento de apoio às futuras opções políticas no âmbito do desenvolvimento local (Comissão UE-18/02/2018) conclui que, embora as estratégias devam ser definidas localmente, os temas e domínios devem ser validados a nível nacional ou comunitário;

Sin embargo, los innumerables movimientos de lobby existentes a nivel europeo van tratando de influir en la decisión, para que ésta se aproxime al máximo posible de sus intereses.

Es precisamente en esta fase de discusión y construcción de las bases del próximo período de programación, en la que, además, el escenario se anticipa desfavorable para los países del sur, cuando urge asumir una posición conjunta por parte de los gobiernos locales y colocar los objetivos locales en la agenda europea .

2.1.- Participación de los Gobiernos Locales en los Fondos Europeos.

El artículo 174 del **Tratado de Funcionamiento de la Unión Europea** (TFUE) establece que, “para reforzar su cohesión económica, social y territorial”, “la Unión procurará reducir la disparidad entre los niveles de desarrollo de las distintas regiones y el retraso de las regiones menos favorecidas”, prestándose “especial atención a las zonas rurales, a las zonas afectadas por la transición industrial y a las regiones con limitaciones naturales o demográficas graves y permanentes.”

El documento de apoyo a las futuras opciones políticas en el ámbito del desarrollo local (Comisión UE-18/02/2018) concluye que, aunque las estrategias deben ser definidas en el nivel local, los temas y ámbitos deben ser validados a nivel nacional o comunitario;

aduzindo para tal que, sem prejuízo da responsabilidade de gestão das regiões (NUTS2), é possível definir objetivos para territórios mais pequenos (NUTS3) ou para os municípios.

Por outro lado, e complementando as premissas estabelecidas no TFUE, o **Sétimo Relatório sobre coesão económica, social e territorial** prevê que a boa governação afeta o crescimento económico e a qualidade de vida nas regiões.

Com efeito, a perceção da qualidade do governo varia entre Estados-Membros e entre os seus níveis subnacionais, constatando-se uma maior diferenciação inter-regiões em países como Espanha, Itália, Bélgica, Roménia, Bulgária, Hungria e República Checa; sugerindo que a qualidade dos serviços prestados em nível local pode ser muito distinta (e superior) em países cujas regiões gozam de autonomia política e administrativa.

Não obstante a importância supra demonstrada da participação das autoridades locais na gestão dos fundos comunitários, a Europa continua a atribuir-lhes um papel menor ou quase insignificante na sua configuração e conceção.

aduciendo que, sin perjuicio de la responsabilidad de la gestión de las regiones (NUTS2), es posible definir objetivos para territorios más pequeños (NUTS3) o para los municipios.

Por otra parte, y complementando las premissas establecidas en el TFUE, el **Séptimo Informe sobre cohesión económica, social y territorial** prevé que la buena gobernanza afecta al crecimiento económico y a la calidad de vida en las regiones.

En efecto, la percepción de la calidad del gobierno varía entre los Estados Miembros y entre sus niveles subnacionales, pudiendo constatar una mayor diferenciación interregional en países como España, Italia, Bélgica, Rumania, Bulgaria, Hungría y la República Checa; asunto que sugiere que la calidad de los servicios prestados a nivel local puede ser muy distinta (y superior) en los países cuyas regiones gozan de autonomía política y administrativa.

A pesar de la importancia demostrada de la participación de las autoridades locales en la gestión de los fondos comunitarios, Europa persiste en asignarles un papel menor o casi insignificante en su configuración y concepción.

De facto e apesar das recomendações incluídas na **Agenda Territorial Europeia 2020**⁴ -- que sublinha a necessidade de promover o desenvolvimento territorial policêntrico, de fomentar o desenvolvimento integrado nas cidades e regiões rurais e de garantir a competitividade das regiões com base em economias locais sólidas -- os instrumentos regulamentares e financeiros da UE não permitiram operacionalizar a abordagem local idealizada.

Na sua **Resolução sobre os novos instrumentos de desenvolvimento territorial na política de coesão para o período de 2014-2020** (ITI e DLBC), o Parlamento Europeu recomendou às autoridades de gestão que dessem especial atenção aos projetos destinados a adaptar as localidades e as regiões à nova realidade demográfica, formulando propostas relativas à adaptação das infraestruturas sociais e de mobilidade às mudanças demográficas e aos fluxos migratórios, à criação de bens e serviços específicos destinados à população envelhecida, ao apoio à criação de emprego para idosos, mulheres e migrantes, à melhoria das conexões digitais e à criação de plataformas online.

A pesar de las recomendaciones incluidas en la **Agenda Territorial Europea 2020**⁴, que subraya la necesidad de promover el desarrollo territorial policéntrico, de fomentar el desarrollo integrado de las ciudades y regiones rurales y también garantizar la competitividad de las regiones basadas en economías locales sólidas, los instrumentos reglamentarios y financieros de la UE, por contrario, no permitieron la aplicación del enfoque local diseñado.

En su **Resolución sobre los nuevos instrumentos de desarrollo territorial en la política de cohesión para el período 2014-2020** (ITI y CLLD), el Parlamento Europeo recomendó a las autoridades de gestión que presten particular atención a los proyectos destinados a adaptar las localidades y las regiones a la nueva realidad demográfica, formulando propuestas relativas a la adaptación de las infraestructuras sociales y de transporte a los procesos demográficos y a los flujos migratorios; a la creación de bienes y servicios específicos destinados a la población envejecida; al apoyo a la creación de empleo para las personas de más edad, las mujeres y los migrantes; a la mejora de las conexiones digitales y, finalmente, a la creación de plataformas en línea.

⁴ Adotada em Gódólló (Hungria) em 19 de maio de 2011.

⁴ Adoptada en Gódólló (Hungria) el 19 de mayo de 2011.

Na mesma senda, no seu parecer sobre **A resposta da UE ao desafio demográfico** (2016), o Comité das Regiões constatou que esta é parcial e pouco desenvolvida e assinalou que a participação da política de coesão deve ser mais forte nesta área. O Comité defende que a UE deve procurar integrar considerações demográficas em todas as áreas políticas e incluir nos seus orçamentos rubricas destinadas a permitir o desenvolvimento dessas políticas.

Também diferentes agentes locais e regionais, universidades e centros de investigação consideram indispensável a integração da demografia no planeamento regional e no planeamento orçamental do novo quadro estratégico da UE pós-2020.

Por último, o **Relatório do Parlamento Europeu sobre a implantação dos instrumentos da política de coesão pelas regiões para enfrentar o desafio demográfico**, adotado na sessão plenária de 17 de novembro de 2017, concluiu neste domínio que:

- É necessária uma maior coordenação dos instrumentos da União para garantir uma abordagem mais ampla à evolução demográfica.
- As intervenções financiadas no âmbito dos Fundos Estruturais devem beneficiar de maior integração e de maior flexibilidade, a fim de reforçar a complementaridade e a coerência na resposta aos desafios demográficos.

Compartiendo esta preocupación, en su dictamen sobre **la respuesta de la UE al desafío demográfico** (2016), el Comité de las Regiones constató la política de cohesión es parcial y está poco desarrollada y señaló que su participación debe ser más reforzada en este ámbito. El Comité defiende que la UE debe tratar de integrar consideraciones demográficas en todas las políticas e incluir en sus presupuestos líneas específicas destinadas a permitir el desarrollo de dichas políticas.

También diferentes agentes locales y regionales, universidades y centros de investigación consideran indispensable la integración de la demografía en la planificación regional y las previsiones presupuestarias del nuevo marco estratégico de la UE para después de 2020.

Por último, el **Informe del Parlamento Europeo sobre la implantación de los instrumentos de la política de cohesión por las regiones para hacer frente al desafío demográfico**, adoptado en la sesión plenaria del 17 de noviembre de 2017, concluyó en este ámbito que:

- Es necesaria una mayor coordinación de los instrumentos de la Unión para garantizar un enfoque más comprensivo de la evolución demográfica.
- Las intervenciones financiadas en el marco de los Fondos Estructurales deben dotarse con una mayor integración y una mayor flexibilidad con el fin de reforzar la complementariedad y la coherencia en la respuesta a los retos demográficos.

- Os problemas decorrentes das alterações demográficas na UE devem ser abordados pelas autoridades locais e regionais, bem como ao nível dos Estados-Membros e das instituições europeias. Esses diferentes níveis de governo devem trabalhar de forma conjunta para assegurar que as suas políticas e estratégias estão alinhadas e para trocar melhores práticas nesse domínio.

Neste contexto, a ANMP e a FEMP defendem que a aplicação dos apoios comunitários deve ser decidida e gerida com uma participação relevante das entidades que melhor conhecem a realidade de cada território e mais próximas estão dos cidadãos europeus. Este papel reforçado dos governos locais contribui para o desenvolvimento mais igual e equilibrado do território, para uma maior adequação das políticas comunitárias ao cidadão e, portanto, para a coesão dos Estados Membros e do conjunto da União.

Apesar de, como constatámos, se tratar de um princípio basilar da União Europeia, a realidade tem-se demonstrado muito distante, o que, no nosso entender, tem condicionado a obtenção dos resultados esperados da política de coesão.

- Los problemas derivados de los cambios demográficos en la UE deben abordarse por las autoridades locales y regionales, al igual que el nivel de los Estados Miembros y de las Instituciones Europeas. Todos los diferentes niveles de gobierno deben trabajar de forma conjunta para asegurar que sus políticas y estrategias estén alineadas y para poder intercambiar las mejores prácticas en este ámbito.

* * *

En este contexto, la ANMP y la FEMP sostienen que la aplicación de las ayudas comunitarias debe decidirse y gestionarse con una participación relevante de las entidades que mejor conocen la realidad de cada territorio y están más cercanas de los ciudadanos europeos. Este papel reforzado de los gobiernos locales contribuye al desarrollo armónico y equilibrado del territorio, a una mayor adecuación de las políticas comunitarias al ciudadano y, por lo tanto, a la cohesión de los Estados Miembros y, del conjunto de la Unión.

A pesar de que, como hemos comprobado, se trata de un principio básico de la Unión Europea, la realidad ha demostrado estar distante, lo que, a nuestro juicio, ha condicionado la obtención de los resultados esperados de la política de cohesión.

Não obstante, resulta dos regulamentos propostos pela Comissão Europeia que:

- i. Os princípios da parceria e a governação multinível não se encontram totalmente salvaguardados. Deviam ser reforçados, através da referência expressa aos governos locais (e não apenas enquanto "outros *stakeholders*") e da sua participação no Plano Nacional de Reformas, nas Recomendações Específicas por País e na aprovação e alteração dos Programas Operacionais.
- ii. Há uma tendência para o reforço dos programas em gestão direta da União Europeia, em detrimento da gestão partilhada com os Estados Membros.
- iii. As abordagens territoriais (ITI, DLBC e outras) apenas passam a poder utilizar o FEDER, impedindo uma abordagem plurifundos e integrada no âmbito do FEDER, do FSE +, do FEMP e do FEADER.
- iv. Não existe qualquer referência ao papel das autoridades urbanas na gestão das operações de desenvolvimento urbano sustentável. Recorde-se que no período 14-20 são responsáveis "pelas funções relativas, pelo menos, à seleção das operações".

De los Reglamentos propuestos por la Comisión Europea se desprende que:

- i. Los principios de asociación y la gobernanza multinivel no están totalmente salvaguardados. Se deberían reforzar, a través de la referencia expresa a los Gobiernos Locales (y no sólo como "otros stakeholders") y de su participación en el Plan Nacional de Reformas, en las Recomendaciones Específicas por País y en la aprobación y modificación de los Programas Operativos.
- ii. Hay una tendencia al refuerzo de los programas de gestión directa de la Unión Europea, en detrimento de la gestión compartida con los Estados Miembros.
- iii. Los enfoques territoriales (ITI, CLLD y otros) sólo pasan por poder utilizar el FEDER, impidiendo un enfoque plurifondo e integrado en el marco del FEDER, el FSE +, el FEMP y el FEADER.
- iv. No hay ninguna referencia al papel de las autoridades urbanas en la gestión de las estrategias de desarrollo urbano sostenible. Se recuerda que en el período 2014-2020 son responsables "por las funciones relativas, al menos, a la selección de las operaciones".

Devem as autoridades locais ter uma participação relevante na definição de quais os apoios mais necessários e eficazes no território e participar ativamente na gestão e aplicação das verbas.

Em paralelo, deve ser feito um esforço de simplificação e desburocratização dos apoios à coesão, tirando, de uma vez por todas, este objetivo do papel, baseando o sistema na confiança nos beneficiários, acompanhada da necessária fiscalização e auditoria.

2.2.- Maior investimento nas regiões de fronteira.

O investimento nas zonas de fronteira é reconhecido como fundamental para a coesão, tendo justificado a criação de programas específicos de cooperação transfronteiriça. No entanto, as verbas alocadas a estes programas têm vindo a ser diminuídas em cada período de programação.

Com efeito, as propostas da Comissão Europeia preveem, do bolo total de fundos, alocar 97,5% ao emprego e crescimento e apenas 2,5% ao objetivo do Interreg (atualmente 2,75%).

A redução das dotações orçamentais para os programas de cooperação territorial compromete a realização do objetivo de reforçar a coesão territorial, assim como os seus instrumentos mais importantes como os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) e as estratégias macrorregionais.

Las autoridades locales deben tener una participación relevante en la definición de los apoyos más necesarios y eficaces en el territorio y participar activamente en la gestión y aplicación de los fondos.

En paralelo, se debe hacer un esfuerzo de simplificación y desburocratización de los instrumentos de cohesión, eliminando, de una vez por todas, esta limitación para basar el sistema en la confianza en los beneficiarios, acompañada de la necesaria fiscalización y auditoría.

2.2.- Mayor inversión en las regiones fronterizas.

La inversión en las zonas fronterizas se considera fundamental para la cohesión y ha justificado la creación de programas específicos de cooperación transfronteriza. Sin embargo, los fondos asignados a estos programas han disminuido en cada período de programación.

En concreto, las propuestas de la Comisión Europea prevén, del total de fondos, asignar el 97,5% al empleo y el crecimiento y sólo el 2,5% al objetivo de Interreg (del 2,75% actual).

La reducción de los créditos presupuestarios para los programas de cooperación territorial compromete la realización del objetivo de reforzar la cohesión territorial, así como sus instrumentos más importantes, tales como las Agrupaciones Europeas de Cooperación Territorial (AECT) y las Estrategias Macrorregionales.

É indispensável que as fronteiras deixem de ser muros a transpor e passem a ser pontos de ligação e proximidade entre países vizinhos, contribuindo para a consolidação de uma verdadeira identidade europeia, em que todos os cidadãos se sintam elemento de pertença e partilhem objetivos.

Assim, o reforço da coesão europeia implica, o reforço do investimento nestas regiões, em todas as vertentes socioeconómicas do território, com o objetivo de desenvolver estas áreas conjuntas, em muitos casos áreas rurais que carecem e têm de ser alvo de atenção especial.

2.3.- Desenvolvimento das infraestruturas e grandes redes de comunicação.

A tendência de priorização dos investimentos imateriais, com recusa do apoio a determinadas infraestruturas e grandes redes é, no nosso entendimento, errada e contraproducente.

Há ainda um longo caminho a percorrer em termos de desenvolvimento de infraestruturas nos territórios nacionais, nos territórios de fronteira e no contexto das grandes redes europeias -- que não podem ser negligenciadas. Referimo-nos nomeadamente a infraestruturas escolares, de saúde, equipamentos sociais, abastecimento de água e saneamento, grandes redes de comunicação, entre outras.

Es indispensable que las fronteras dejen de ser muros a franquear y pasen a ser puntos de conexión y proximidad entre países vecinos, contribuyendo así a la consolidación de una verdadera identidad europea, en la que todos los ciudadanos se sientan partícipes y compartan objetivos.

Por lo tanto, el refuerzo de la cohesión europea implica también el de la inversión en estas regiones, abarcando los aspectos socioeconómicos del territorio con el objetivo de desarrollar estas áreas, de forma conjunta, dado que en muchos casos las zonas rurales con carencias deben ser objeto de una atención especial.

2.3.- Desarrollo de las infraestructuras y grandes redes de comunicación.

La tendencia a la priorización de las inversiones inmateriales, con minoración del apoyo a determinadas infraestructuras y grandes redes es, a nuestro parecer, equivocada y contraproducente.

Queda todavía un largo camino por recorrer en términos de desarrollo de infraestructuras en algunos territorios nacionales, en las zonas de frontera y en el contexto de las grandes redes europeas, asuntos que no pueden descuidarse. Nos referimos, en particular, a las infraestructuras escolares, de salud, equipamientos sociales, abastecimiento de agua y, del saneamiento o grandes redes de comunicación; entre otras.

Concorda-se que muito já foi feito e que devemos investir em novos domínios, mas a conectividade e mobilidade de bens e pessoas não pode nunca deixar de ser uma prioridade europeia, sob pena de condicionar o impacto que todos os restantes investimentos possam representar (na área social, do emprego, da formação, etc...).

Com efeito, as mais-valias associadas a estes investimentos têm de ser avaliadas pelo seu contributo para os objetivos políticos dos fundos⁵, não se cingindo ao seu impacto local. A verdade é que tais intervenções revelam-se estratégicas para alcançar, simultaneamente, (1) uma Europa mais inteligente, potenciada pelo impacto na criação de empresas, no aumento das exportações e do emprego; (2) uma Europa mais verde e hipocarbónica, utilizando soluções mais limpas, estimulando a economia circular e promovendo o combate e adaptação às alterações climáticas; (3) uma Europa mais conectada, através do reforço da

Es cierto que se ha hecho mucho y que debemos invertir en nuevos ámbitos, pero la conectividad y movilidad de bienes y personas no puede nunca dejar de ser una prioridad europea, so pena de condicionar el impacto que todas las demás inversiones puedan representar (en el área social, el empleo, la formación, etc.).

Entendemos que las plusvalías asociadas a estas inversiones tienen que ser evaluadas por su contribución a los objetivos políticos de los fondos⁵, ciñéndose a su impacto local. La verdad es que este tipo de intervenciones han demostrado ser estratégicas para lograr de forma simultánea (1) una Europa más inteligente, impulsada por el impacto de la creación de empresas, y el aumento de las exportaciones y del empleo; (2) una Europa más verde e hipocarbónica, que utiliza soluciones más limpias, estimula la economía circular y promueve la lucha y adaptación al cambio climático; (3) una Europa más conectada, mediante el refuerzo de la movilidad de las

⁵ Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as disposições comuns sobre o FEDER, FSE, FC e o FEMP, e regras financeiras para estes fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos (29.05.2018).

⁵ Propuesta de Reglamento del Parlamento Europeo y del Consejo por el que se establecen las disposiciones comunes sobre el FEDER, el FSE, el FC y el FEMP, y las normas financieras para estos fondos y el Fondo para el Asilo y la Migración, el Fondo para la seguridad interior y el instrumento de gestión de fronteras y visados (29.05.2018).

movilidade de pessoas e mercadorias; (4) uma Europa mais social, na medida em que os investimentos infraestruturais nas áreas da educação, saúde, social e de mobilidade beneficiariam sobretudo as populações mais desfavorecidas do território; e (5) uma Europa mais próxima dos cidadãos, diminuindo o isolamento dos cidadãos e facilitando o seu acesso a bens e serviços essenciais.

O desinvestimento no Fundo de Coesão constituiria um péssimo indicador, contrariando frontalmente os objetivos políticos acima. Tem de ser contrariado.

2.4.- Política de coesão forte e desenvolvimento equilibrado dos territórios.

As regiões europeias são muitíssimo distintas, apresentando níveis de riqueza e desenvolvimento muito diferenciados. Enquanto esta afirmação for verdadeira, a política de coesão precisa de continuar a ser uma prioridade da União.

Por isso, a atribuição de fundos tem de fomentar equilíbrios e promover a UE como um todo, combatendo os problemas territoriais das grandes urbes, como dos territórios de montanha, do litoral, das cidades médias, do interior ou das regiões insulares. Em particular, deve manter o foco nas regiões que efetivamente mais divergem negativamente das médias europeias, não podendo deixar que a utilização de novos critérios desvirtue a coesão e acentue, ainda mais, as disparidades.

personas y de las mercancías; (4) una Europa más social, en la medida en que las inversiones infraestructurales en los ámbitos de la educación, la salud, y de la movilidad se destinarían sobre todo a las poblaciones más desfavorecidas del territorio; y (5) una Europa más cercana, disminuyendo el aislamiento de los ciudadanos y facilitando su acceso a bienes y servicios esenciales.

La desinversión en el Fondo de Cohesión constituiría un pésimo indicador, yendo en sentido contrario a los objetivos políticos señalados. Tiene que ser revertida esta idea.

2.4.- Política de cohesión fuerte y desarrollo equilibrado de los territorios.

Las regiones europeas son muy distintas, presentando niveles de riqueza y desarrollo muy diferenciados. Mientras esta afirmación sea verdadera, la política de cohesión debe seguir siendo una prioridad de la Unión.

Por ello, la asignación de fondos debe fomentar equilíbrios y promover la UE en su conjunto, combatiendo los problemas territoriales de las grandes urbes, los de los territorios de montaña, de las costas, de las ciudades medias, del interior o de las regiones insulares. En particular, debe mantener el foco en las regiones que más divergen, negativamente, de las medias europeas, y no puede permitir que la utilización de nuevos criterios desvirtue la cohesión y acentúe aún más las disparidades.

Na verdade, mesmo os centros urbanos e *clusters* económico-industriais, grandes produtores de riqueza e emprego, também dependem de outras regiões, nomeadamente em energia e recursos naturais, como beneficiam da existência de cidades médias próximas, inclusive para o escoamento da produção gerada. Estas, por seu turno, serão tão mais atrativas quanto maiores as potencialidades do território envolvente.

Os territórios são interdependentes, pelo que importa valorizar cada espaço pelas suas características e especificidades, garantindo diferentes polos de investimento, de riqueza e desenvolvimento.

Emerge, assim, a essencialidade dos acessos e vias de comunicação, de ligação nos territórios nacional e europeu, e a necessidade de aposta na mobilidade e transportes, na sustentabilidade ambiental e nas infraestruturas cruciais na área social.

3.- A posição prévia dos governos locais perante o novo quadro político e financeiro da UE 2021-2028.

Considerando o acima exposto, em particular as posições do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, entendendo que os governos locais de Portugal e Espanha partilham problemas e soluções semelhantes aos novos desafios enfrentados pela UE, a ANMP e a FEMP, no seio do Grupo de Trabalho sobre Fundos Comunitários e Relações Internacionais, propõem:

En realidad, incluso los centros urbanos y los *clusters* económico-industriales, grandes productores de riqueza y empleo, también dependen de otras regiones, en particular en energía y recursos naturales, al igual que se benefician de la existencia de ciudades medias cercanas, incluso para el flujo de la producción generada. Estas, a su vez, serán tan atractivas cuanto mayores sean las potencialidades del territorio circundante.

Los territorios son interdependientes, por lo que es importante valorar cada espacio por sus características y especificidades, promoviendo diferentes polos de inversión, de riqueza y desarrollo.

Surge, por tanto, el asunto esencial de los accesos y vías de comunicación, de conexión en los territorios a nivel nacional y europeo, y la necesidad de apostar por la movilidad y el transporte, la sostenibilidad medioambiental y las infraestructuras, temas en el ámbito social.

3.- La posición previa de los Gobiernos Locales ante el nuevo Marco Político y Financiero de la UE 2021-2028.

Teniendo en cuenta lo expuesto, en particular, las opiniones del Parlamento Europeo y la Comisión Europea; teniendo en cuenta que los Gobiernos Locales de Portugal y España comparten problemas y soluciones similares a los nuevos retos de la UE, la ANMP y la FEMP, en el seno del Grupo de Trabajo sobre Fondos Comunitarios y Relaciones Internacionales, proponen:

1.- A adoção de posições comuns que possam contribuir e reforçar a governação colaborativa com as regiões e os Estados, com a finalidade de participar ativamente no desenho e gestão dos FEEI, trazendo benefícios para a República de Portugal e o Reino de Espanha no âmbito do novo quadro financeiro da UE.

2.- Transmitir às autoridades regionais, nacionais e europeias a importância de incluir as necessidades territoriais nos critérios de implementação dos Fundos da UE, em particular, as decorrentes das transformações demográficas, das alterações climáticas, da exclusão digital e do défice de estratégias de especialização inteligente, que afetam particularmente a política de desenvolvimento local.

3.- Persuadir as autoridades nacionais a incluírem os governos locais na elaboração de estratégias territoriais e sua subsequente gestão e execução, propondo instrumentos normativos e de ação política que tornem efetivas as recomendações da UE em relação à governação multinível.

4.- Transmitir aos Estados-Membros e UE as dificuldades especiais sentidas nas regiões fronteiriças, particularmente aquelas que afetam as redes de comunicação terrestre e digital, a prestação de serviços básicos às populações e as barreiras administrativas que criam obstáculos à colaboração.

1.- Adoptar posiciones comunes que puedan contribuir y fortalecer la gobernabilidad desde la colaboración con las regiones y los Estados, con el fin de participar activamente en el diseño y gestión de FEIE del nuevo Marco Financiero de la UE, aportando beneficios a la República de Portugal y el Reino de España.

2.- Transmitir a las autoridades regionales, nacionales y europeas la importancia de incluir las demandas territoriales en los criterios de aplicación de los Fondos de la UE, en particular los derivados de los cambios demográficos, el cambio climático, la exclusión digital y el déficit de estrategias de especialización inteligente, que afectan particularmente a la política de desarrollo local.

3.- Persuadir a las autoridades nacionales para que incluyan a los Gobiernos Locales en la elaboración de estrategias territoriales y en su posterior gestión y ejecución, proponiendo instrumentos normativos y de acción política que hagan efectivas las recomendaciones de la UE en relación con la gobernanza multinivel.

4.- Transmitir a los Estados miembros y a la UE las dificultades especiales presentes en las regiones fronterizas, particularmente aquellas que afectan a las redes de comunicación terrestre y digital; la prestación de servicios básicos a las poblaciones y las barreras administrativas que obstaculizan la colaboración.

5.- Defender junto das autoridades nacionais e comunitárias o aumento financeiro dos apoios aos programas de cooperação transfronteiriça, concentrando-os efetivamente nas regiões de fronteira.

6.- Defender o reforço significativo do Fundo de Coesão, face à proposta apresentada pela Comissão Europeia.

7.- Sensibilizar a União Europeia para a necessidade de promover o investimento em infraestruturas básicas, em regiões onde ainda haja escassez, nomeadamente infraestruturas escolares, de saúde, equipamentos sociais, abastecimento de água e saneamento, grandes redes de comunicação, entre outras.

8.- Reforçar a necessidade de diferenciação das regiões e sub-regiões menos desenvolvidas, promovendo a coesão, quer através da criação de incentivos específicos para estas regiões, quer através da manutenção do critério de classificação das regiões de transição.

5.- Defender ante las autoridades nacionales y comunitarias el incremento en la dotación financiera de los programas de cooperación transfronteriza, concentrándolos efectivamente en las regiones limítrofes.

6.- Defender el incremento significativo del Fondo de Cohesión ante la actual propuesta presentada por la Comisión Europea.

7.- Sensibilizar a la Unión Europea sobre la necesidad de promover la inversión en infraestructuras básicas, en regiones donde aún haya escasez, en particular, de infraestructuras escolares, de salud, equipamientos sociales, abastecimiento de agua y saneamiento, grandes redes de comunicación, entre otras.

8.- Reforzar la necesidad de diferenciar las regiones y subregiones menos desarrolladas, promoviendo la cohesión, bien mediante la creación de incentivos específicos para estas regiones, bien mediante el mantenimiento del criterio actual de clasificación de las regiones de transición.

9.- No que concerne aos centros urbanos, insistir junto da UE na importância dos investimentos de apoio à mobilidade sustentável, ambiente e área social, assim como a manutenção do papel ativo das autoridades locais na gestão dessas operações.

10.- Promover o encontro e debate destas propostas e matérias com os restantes países do sul da Europa, reforçando a defesa da coesão europeia no seu sentido mais genuíno.

9.- En lo que respecta a los centros urbanos, insistir ante la UE en la importancia de las inversiones de apoyo a la movilidad sostenible, al medio ambiente y al área social, así como al mantenimiento del papel activo de las autoridades locales en la gestión de esas operaciones.

10.- Promover el encuentro y el debate de estas propuestas y materias con los demás países del Sur de Europa, reforzando con ello la defensa de la cohesión europea en su sentido más genuino.

Fontes e Documentação:

- Agenda Territorial da União Europeia 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (2011)
- Briefing do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (setembro de 2016)
- Livro Branco sobre o futuro da Europa (março de 2017)
- Relatório elaborado por iniciativa da Comissária para a Política Regional sobre as regiões europeias com menores rendimento e crescimento (abril de 2017)
- Parecer do Comité das Regiões sobre "O futuro da política de coesão após 2020: Por uma política de coesão europeia forte e eficaz após 2020" (maio de 2017)
- Proposta do Parlamento Europeu sobre os elementos de uma política de coesão da UE pós 2020 (junho de 2017)
- Sétimo Relatório sobre coesão económica, social e territorial (A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro-Comissão Europeia, setembro de 2017)
- Relatório do Parlamento Europeu sobre a implementação de instrumentos da política de coesão nas regiões para fazer face às alterações demográficas (novembro de 2017)
- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as disposições comuns sobre o FEDER, FSE, FC e o FEMP, e regras financeiras para estes fundos e o Fundo para o Asilo e a Migração, o Fundo para a Segurança Interna e o Instrumento de Gestão das Fronteiras e dos Vistos (maio de 2018)

Fuentes y documentación:

- Agenda Territorial de la Unión Europea 2020 - Estrategia para un crecimiento inteligente, sostenible e inclusivo (2011)
- Briefing del Servicio de Estudios del Parlamento Europeo (septiembre de 2016)
- Libro Blanco sobre el futuro de Europa (marzo de 2017)
- Informe elaborado por iniciativa de la Comisaria de Política Regional sobre las regiones europeas con menores ingresos y crecimiento (abril de 2017)
- Dictamen del Comité de las Regiones sobre "El futuro de la política de cohesión después de 2020: una política de cohesión europea fuerte y eficaz después de 2020" (mayo de 2017)
- Propuesta del Parlamento Europeo sobre los elementos de una política de cohesión de la UE después de 2020 (junio de 2017)
- Séptimo informe sobre la cohesión económica, social y territorial (Mi Región, Mi Europa, Nuestro Futuro- (Comisión Europea, septiembre de 2017)
- Informe del Parlamento Europeo sobre la aplicación de los instrumentos de la política de cohesión en las regiones para hacer frente a los cambios demográficos (noviembre de 2017)
- Propuesta de Reglamento del Parlamento Europeo y del Consejo por el que se establecen las disposiciones comunes sobre el FEDER, el FSE, el FC y el FEMP, y las normas financieras para estos fondos y el Fondo para el Asilo y la Migración, el Fondo para la Seguridad Interna y el Instrumento de gestión de fronteras y visados (mayo de 2018)

Anexo 1 – Breve descrição dos 5 FEEI

No atual quadro estratégico e financeiro da UE (2014-2020), os recursos estruturais destinados aos objetivos de coesão económica e social são:

A) FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (FEDER), que presta especial atenção às características de cada região e está configurado para reduzir os problemas socioeconómicos e ambientais nas áreas urbanas. Centra-se, fundamentalmente, no desenvolvimento urbano sustentável (pelo menos 5% dos recursos totais do FEDER são destinados a estas ações, através das "Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável - AIDUS", geridas pelas entidades urbanas.

Não obstante o acima exposto, as áreas desfavorecidas por causas naturais e geográficas (áreas remotas, montanhosas, ultraperiféricas ou escassamente povoadas) beneficiam de um tratamento especial.

B) FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (FEADER), cujo objetivo é permitir às zonas rurais da UE fazer face ao vasto leque de desafios económicos, ambientais e sociais no âmbito do chamado "segundo pilar da PAC". A política europeia de desenvolvimento rural partilha um conjunto de objetivos com os restantes Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

As prioridades de desenvolvimento rural estão subdivididas em "áreas prioritárias" (por exemplo, "redução das emissões de gases com efeito de estufa e de amoníaco provenientes da agricultura"), a partir das quais os Estados-Membros desenvolvem os seus programas de desenvolvimento rural, em que pelo menos 30% do financiamento de cada programa

Anexo 1 - Breve descripción de los 5 FEIE

En el actual marco estratégico y financiero de la UE (2014-2020), los recursos estructurales destinados a los objetivos de cohesión económica y social son:

A) FONDO EUROPEO DE DESARROLLO REGIONAL (FEDER), que presta especial atención a las características de cada región y está configurado para reducir los problemas socioeconómicos y medioambientales en las zonas urbanas. Se centra fundamentalmente en el desarrollo urbano sostenible (al menos el 5% de los recursos totales del FEDER se destinan a estas acciones, a través de las "Estrategias Integradas de Desarrollo Urbano Sostenible - EDUSI", gestionadas por las entidades locales.

A pesar de su orientación urbana, las zonas desfavorecidas por causas naturales y geográficas (zonas remotas, montañosas, ultraperiféricas o escasamente pobladas) se benefician de un trato especial.

B) FONDO EUROPEO AGRÍCOLA DE DESARROLLO RURAL (FEADER), cuyo objetivo es permitir a las zonas rurales de la UE hacer frente a la amplia gama de retos económicos, medioambientales y sociales en el marco del llamado "segundo pilar de la PAC". La política europea de desarrollo rural comparte un conjunto de objetivos con los demás Fondos Estructurales y de Inversión (FEIE).

Las prioridades de desarrollo rural se subdividen en "ámbitos prioritarios" (por ejemplo, "reducción de las emisiones de gases de efecto invernadero y de amoníaco procedentes de la agricultura"), a partir de los cuales los Estados Miembros desarrollan sus programas de desarrollo rural, en los que, al menos el 30% de la financiación de cada programa,

deve ser canalizado para medidas estratégicas na área do ambiente e das alterações climáticas e pelo menos 5% para o programa LEADER.

C) FUNDO SOCIAL EUROPEU (FSE), que apoia projetos relacionados com o emprego e investe no capital humano europeu.

De acordo com o art.º 2.º do Regulamento (CE) N.º 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006:

"O FSE contribui para as prioridades da Comunidade no que respeita ao reforço da coesão económica e social, melhorando o emprego e as oportunidades de emprego, promovendo um elevado nível de emprego e mais e melhores empregos. Atua através do apoio às políticas dos Estados-Membros destinadas a atingir o pleno emprego e a qualidade e produtividade no trabalho, a promover a inclusão social, nomeadamente o acesso das pessoas desfavorecidas ao emprego, e a reduzir as disparidades de emprego a nível nacional, regional e local."

Por sua vez, o artigo 5 afirma que "o FSE promove a boa governação e a parceria. O seu apoio é concebido e executado ao nível territorial adequado, tendo em conta os níveis nacional, regional e local, de harmonia com as disposições institucionais específicas de cada Estado-Membro".

D) FUNDO DE COESÃO (FC), que financia projetos de transportes e ambientais em países cujo rendimento nacional bruto *per capita* é inferior a 90% da média da UE.

E) FUNDO EUROPEU DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS E DAS PESCAS (FEMP), que ajuda os agentes do setor na transição para uma pesca sustentável e as comunidades costeiras a diversificarem suas economias, melhorando a qualidade de vida das populações costeiras da Europa.

debe canalizarse a medidas estratégicas en el ámbito del medio ambiente y del cambio climático, y al menos el 5%, para el programa LEADER.

C) FONDO SOCIAL EUROPEO (FSE), que apoia proyectos relacionados con el empleo e invierte en el capital humano europeo.

De conformidad con el artículo 2 del Reglamento (CE) n.º. 1081/2006 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 5 de julio de 2006:

"El FSE contribuye a las prioridades de la Comunidad en el refuerzo de la cohesión económica y social, mejorando el empleo y las oportunidades de empleo, fomentando un alto nivel de empleo y más y mejores puestos de trabajo, gracias al apoyo a las políticas de los Estados Miembros, para alcanzar el pleno empleo y la calidad y la productividad en el trabajo, promover la inclusión social, en particular el acceso de las personas desfavorecidas al empleo, y reducir las disparidades de empleo a nivel nacional, regional y local.

Por su parte, el artículo 5 afirma que "el FSE promueve la buena gobernanza y la asociación. Su apoyo está concebido y ejecutado al nivel territorial adecuado, teniendo en cuenta los niveles nacional, regional y local, de conformidad con las disposiciones institucionales específicas de cada Estado Miembro.

D) FONDO DE COHESIÓN (FC), que financia proyectos de transporte y medio ambiente en países cuyo producto nacional bruto *per cápita* es inferior al 90% de la media de la UE.

E) FONDO EUROPEO DE ASUNTOS MARÍTIMOS Y PESCA (FEMP), que ayuda a los agentes del sector en la transición hacia una pesca sostenible y a las comunidades costeras a diversificar sus economías, mejorando la calidad de vida de las poblaciones costeras de Europa.